

## A tecelagem neoliberal: tramando o sofrimento, velando o desejo

*The neoliberal tapestry: weaving suffering, concealing desire*

Tarcísio Rodrigues Prado De Castro\*

Cristiane Moreira da Silva\*\*

**Resumo:** Este trabalho tece uma reflexão sobre os modos de subjetivação e sofrimento psíquico na contemporaneidade, a partir do entrelaçamento entre a racionalidade neoliberal e a psicanálise. Compreende-se o neoliberalismo não apenas como um sistema econômico, mas como um discurso que atravessa o tecido social, moldando as formas de vida e convocando o sujeito a gerir a si mesmo como um projeto em constante aperfeiçoamento. Por meio de uma revisão narrativa crítica da literatura, o estudo costura contribuições da crítica social e da psicanálise para examinar como essa lógica produz novos modos de sofrimento, frequentemente recobertos por práticas que prometem eficiência e apagam a dimensão simbólica da dor. Em contraponto, a psicanálise é apresentada como um gesto de resistência, capaz de sustentar o fio do que escapa — o desejo, o sintoma, o resto que insiste —, afirmando a importância de um espaço onde o sujeito possa se dizer para além das métricas e dos ideais de desempenho. Mais do que oferecer respostas, este trabalho aposta em manter abertas as perguntas que permitem pensar a singularidade como ato ético e político frente às tramas do mundo neoliberal.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Sofrimento psíquico; Constituição do sujeito; Psicanálise.

**Abstract:** This work weaves a reflection on contemporary modes of subjectivation and psychic suffering through the intertwining of neoliberal rationality and psychoanalysis. Neoliberalism is understood not only as an economic system but as a discourse that penetrates the social fabric, shaping ways of life and urging the subject to manage oneself as a perpetual project of improvement. Through a critical narrative literature review, this study interlaces contributions from social critique and psychoanalytic thought to examine how this logic produces new forms of suffering, often covered by practices that promise efficiency and erase the symbolic dimension of pain. In contrast, psychoanalysis emerges as a gesture of resistance, sustaining the thread of what escapes — desire, symptom, remainder — affirming the importance of a space where the subject can speak beyond metrics and performance ideals. Rather than providing answers, this work seeks to keep questions open, allowing singularity to appear as an ethical and political act amid the woven patterns of the neoliberal world.

**Keywords:** Neoliberalism; Psychic suffering; Subject constitution; Psychoanalysis.

---

\* Graduado em Administração e Psicologia (UniLaSalle-RJ), psicanalista.

\*\* Doutora em Psicologia (UFF); especialista em avaliação psicológica (CFP) e neuropsicologia (Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein); coordenadora do curso de Psicologia do UniLaSalle-RJ e professora do curso de Psicologia do Instituto D'Or de Ensino e Pesquisa.

## Introdução

Toda trama começa com um fio. Antes que o tecido se forme, há gestos, repetições e tensões que o preparam. A tecelagem pode servir aqui como imagem do próprio percurso deste trabalho: um processo em que os fios do pensamento se cruzam, se apertam e, às vezes, se rompem até ganharem forma.

Antes que o tecido exista, há a urdidura, o primeiro gesto, quando os fios são esticados no tear e dispostos paralelamente, criando a base sobre a qual todo o entrelaçamento se sustentará. É nela que se estabelecem as linhas de força, as tensões que darão estrutura ao tecido. Em seguida vem a fiação, momento em que o fio é torcido, ganhando corpo e resistência — o instante em que a matéria ainda solta se organiza, como se as ideias comesçassem a tomar forma e direção.

Com o tempo, o tear se torna um espaço de encontros e de nós. No emaranhado, os fios se cruzam, se confundem, se apertam ou se rompem. É ali que o tecido ganha textura e profundidade — não há trama sem mistura, nem costura sem conflito. Cada nó carrega a marca de uma tensão, um ponto em que as forças se tocam e resistem, lembrando que toda criação é também um embate.

Por fim, o avesso: o lado que não se mostra, mas que sustenta o que é visto. Nele aparecem os nós, as irregularidades, as costuras que mantêm o tecido unido. O avesso é o lugar onde o trabalho da tecelagem se revela em sua verdade, sem o polimento do lado exposto. É ali que se vê o esforço, o erro, o imprevisto, e é também ali que se reconhece a beleza daquilo que sustenta o visível.

Tal como na tecelagem, este trabalho se constrói entre fios que se cruzam na tentativa de compreender como o neoliberalismo se entrelaça à constituição do sujeito contemporâneo. É nesse tecido, tenso e imperfeito, que se busca compreender de que modo as lógicas neoliberais moldam o sofrimento psíquico e como a psicanálise pode, a partir de seu próprio avesso, abrir espaço para o desejo e para o que nele resiste.

O neoliberalismo é uma forma de organização econômica, política e social que ganhou força a partir da segunda metade do século XX e que permanece muito presente nos dias atuais. Para compreender seu surgimento, é importante lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial, muitos países adotaram modelos de Estado de bem-estar social, investindo em políticas públicas como saúde, educação e previdência, além de garantir

direitos trabalhistas e oferecer certa proteção contra as instabilidades do mercado. Esse modelo entrou em crise nas décadas de 1970 e 1980, em meio a contextos de inflação, desemprego e recessão econômica. Foi nesse cenário que o neoliberalismo se apresentou como alternativa (Harvey, 2008).

Ele ficou mundialmente conhecido principalmente a partir das políticas implementadas por Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Ambos defenderam medidas como a redução da intervenção do Estado na economia, a privatização de empresas e serviços públicos e a desregulamentação de setores de mercado. A ideia central era que a sociedade funcionaria melhor se cada indivíduo ou empresa tivesse mais liberdade para competir, sem depender tanto da presença estatal (Harvey, 2008).

Thatcher chegou a afirmar: “A economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma” (Thatcher, 1981 apud Harvey, 2008, p. 32). Essa declaração sintetiza o alcance subjetivo do projeto neoliberal: não se tratava apenas de reestruturar a economia, mas de transformar os modos de pensar e de sentir dos indivíduos. Essa transformação pretendia instaurar uma nova racionalidade, na qual as pessoas passassem a se compreender e a agir segundo os princípios da eficiência, da produtividade e da competição. Como observam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se limita a propor uma doutrina econômica, mas visa moldar o próprio sujeito, promovendo uma reeducação das condutas até que essa lógica se torne naturalizada na vida cotidiana.

O neoliberalismo também constitui uma forma de governamentalidade, ou seja, um modo de conduzir as condutas humanas. Foucault (2008) destacou que o neoliberalismo funciona como uma racionalidade que atravessa a sociedade e produz subjetividades orientadas pela lógica do mercado. Seu princípio básico é a valorização da concorrência como motor do desenvolvimento. Essa lógica faz com que a competição deixe de ser restrita à esfera econômica e passe a ser naturalizada em quase todos os âmbitos da vida social.

Um exemplo cotidiano disso é a forma como as redes sociais funcionam. Mesmo sem perceber, os usuários disputam entre si por atenção, curtidas e seguidores. A lógica da concorrência, que deveria ser própria do mercado, passa a organizar também as relações pessoais, como se a vida fosse medida em termos de desempenho e visibilidade. Brown (2019) observa que o neoliberalismo não apenas transforma a política e a

economia, mas reconfigura a própria vida social, orientando as relações humanas pela gramática da competição.

Outro aspecto fundamental é a ênfase na responsabilidade individual. O neoliberalismo atribui ao sujeito a responsabilidade quase exclusiva por seus êxitos ou fracassos, como se fossem resultados diretos de suas escolhas, esforços e investimentos. Dessa forma, se alguém não consegue emprego, essa dificuldade tende a ser interpretada como falta de empenho, pouca qualificação ou desorganização pessoal, e não como resultado de uma crise econômica ou de desigualdades estruturais. Dardot e Laval (2016) mostram que essa responsabilização individual está no cerne da racionalidade neoliberal, que desloca para o indivíduo o peso das falhas de um sistema atravessado por desigualdades.

Também é característico do neoliberalismo a ideia de flexibilidade, sobretudo no mundo do trabalho. Empregos estáveis e de longo prazo cedem espaço para contratos temporários, jornadas variáveis e exigências constantes de atualização. Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, no crescimento do trabalho por aplicativos, como motoristas e entregadores. Embora esses trabalhadores sejam chamados de “colaboradores” e não de funcionários, o que sugere autonomia, a realidade é de insegurança, instabilidade financeira e ausência de direitos.

Dessa forma, surge a figura do chamado “empreendedor de si”, expressão trabalhada por Foucault (2008) e desenvolvida por Dardot e Laval (2016). Trata-se da convocação para que cada sujeito administre a própria vida como se fosse uma empresa. Isso pode ser observado na pressão por investir continuamente em qualificações, na autopromoção em redes sociais profissionais e até mesmo na gestão do próprio corpo: o incentivo a dietas, academias e procedimentos estéticos muitas vezes é vivido como um “investimento” em si, como se cuidar do corpo fosse parte de uma estratégia para aumentar o próprio valor no mercado social e profissional.

Assim, o neoliberalismo pode ser entendido como uma racionalidade que se infiltra nas formas de vida e subjetivação, transformando o sujeito em um permanente gestor de si mesmo, convocado a maximizar seus recursos e a competir em todos os campos da existência. É nesse ponto que se inscreve a questão central deste trabalho: o que acontece com o sujeito quando a lógica do mercado atravessa suas formas de desejar, trabalhar e sofrer? Propõe-se, aqui, pensar essa incidência a partir da psicanálise,

compreendendo-a como um campo que resiste à captura da experiência humana por ideais de eficiência e autocontrole. Mais do que oferecer respostas, trata-se de sustentar a pergunta sobre o que resta do sujeito quando tudo ao redor exige desempenho, e de afirmar, nesse resto, uma possibilidade de criação e singularidade.

Este trabalho nasce de uma inquietação que atravessa não apenas o campo teórico, mas a própria experiência subjetiva do autor, inserido nas exigências e contradições da sociedade neoliberal. Torna-se cada vez mais evidente como certos modos de sofrimento psíquico se articulam com as lógicas de desempenho constante e precarização das relações, que fazem parte de um mal-estar mais amplo, socialmente compartilhado. Diante disso, este artigo propõe analisar as condições de emergência do sujeito no contexto neoliberal, na tentativa de dar visibilidade ao que se articula enquanto regime de governamentalidade na produção do sofrimento psíquico. A aposta é que a psicanálise, ao tensionar os modos de subjetivação, faz emergir os afetos silenciados e fura o discurso que tenta reduzir o sujeito a uma engrenagem de produtividade.

Mais do que propor soluções adaptativas, a psicanálise se ocupa de abrir espaço para que a palavra circule, permitindo que o sujeito se depare com aquilo que escapa à lógica da eficiência e da performatividade. Trata-se de resguardar a dimensão do inconsciente, que insiste em se manifestar justamente onde o neoliberalismo tenta impor coerência e controle. Nesse sentido, a psicanálise não apenas oferece uma leitura crítica dos discursos dominantes, mas também sustenta a possibilidade de invenção singular, em que o sofrimento pode ganhar outro estatuto que não o de mero déficit a ser corrigido. É nesse ponto que a psicanálise se afirma como ferramenta ética e política, na medida em que não cede à captura do desejo pelos ideais de mercado, mas insiste naquilo que, de forma única, marca cada sujeito.

O texto foi construído a partir de uma revisão narrativa crítica, de natureza qualitativa e teórico-conceitual. Ao articular autores que problematizam o neoliberalismo com o referencial psicanalítico, buscou-se tensionar os modos de subjetivação e sofrimento próprios da contemporaneidade, evidenciando como a racionalidade neoliberal atravessa a constituição do sujeito.

Autores como Pierre Dardot e Christian Laval, com “A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal”, foram centrais para compreender a consolidação do neoliberalismo como racionalidade política que atravessa as formas de vida, enquanto

Byung-Chul Han, a partir de trabalhos como “Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder” e “No Enxame: Perspectivas do Digital”, contribui para pensar como essa lógica se infiltra no cotidiano, produzindo novos modos de subjetivação. Além disso, a obra de Michel Foucault sobre biopolítica e governamentalidade possibilita situar historicamente a passagem do liberalismo ao neoliberalismo, destacando a forma como esse regime passa a gerir a vida e a subjetividade. Este trabalho tornou-se possível ao recorrer como alicerce à interlocução com Sigmund Freud e a sua obra “O Mal-estar na Cultura”, fornecendo o horizonte conceitual para problematizar os efeitos dessas transformações na constituição do sujeito e no destino do desejo aprofundado por Jacques Lacan. Nesse percurso, a metodologia não se limita a reunir autores, mas busca articular seus diferentes campos de análise a fim de tensionar as formas atuais de subjetividade e sofrimento.

Se, no início, a imagem da tecelagem serviu como metáfora para o modo como o sujeito é tecido, agora ela se desdobra como fio condutor do percurso deste trabalho. Assim como no tear, onde fios isolados se cruzam e ganham forma, esta escrita também se constrói entre tensões, atravessamentos e encontros.

Na urdidura, apresentam-se as bases conceituais que sustentam o tecido — o neoliberalismo enquanto racionalidade política e econômica, e seus efeitos na constituição subjetiva. A fiação dá continuidade ao movimento, explorando como essa racionalidade convoca o sujeito a gerir a si mesmo, a se autoproduzir incessantemente. No emaranhado, surgem os nós e contradições que atravessam essa experiência, as formas de sofrimento que emergem quando a promessa de liberdade se converte em cobrança e culpa. E, por fim, é no avesso que se inscreve o olhar psicanalítico — o lado não visível da trama, onde o discurso falha e o desejo insiste em se fazer ouvir.

É nesse avesso, onde o tecido social se mostra imperfeito e poroso, que a psicanálise encontra seu lugar de resistência: não para desfazer o tecido, mas para revelar suas costuras, dando passagem ao que, na pressa produtiva do mundo neoliberal, costuma ser calado.

## A urdidura

Nas últimas décadas, o avanço do modelo neoliberal como discurso e paradigma econômico, político e subjetivo tem gerado profundas transformações nas formas de organização social e nos modos de existência. Segundo Dardot e Larval (2016), mais do que uma doutrina econômica, o neoliberalismo se manifesta como um regime de produção de subjetividade, influenciando diretamente as formas como os indivíduos se percebem, se relacionam e sofrem. O sujeito contemporâneo é frequentemente convocado a se comportar como uma “empresa de si mesmo”: produtivo, autônomo e eficiente. O fracasso deixa de ser um dado social ou estrutural e passa a ser vivido como expressão de inaptidão pessoal. Trata-se, portanto, como Alemán e Gomes (2023) concluíram, de uma racionalidade que não apenas organiza instituições, mas também atravessa afetos, condutas e modos de pensar.

A psicanálise, desde suas origens, propõe uma escuta atenta às singularidades, subjetividades e complexidades do sujeito, o que pode entrar em tensão com a lógica neoliberal, que tende à homogeneização. De acordo com Freud em “O Mal-Estar na Cultura” (1930), o ser humano busca a felicidade e deseja conservá-la. No entanto, cabe interrogar o que se entende por “felicidade” nas condições contemporâneas, especialmente quando o neoliberalismo passa a organizar os modos de vida e os ideais de realização. Freud apresenta que o sofrimento humano advém de três fontes: “o poder superior da natureza, a fragilidade do nosso próprio corpo e a inadequação dos dispositivos que regulam as relações dos seres humanos entre si, na família, no Estado e na sociedade” (Freud, 1930/2024, p. 332).

É justamente nessa última dimensão, a das relações entre as pessoas, que o neoliberalismo parece operar de modo mais incisivo. Ao reconfigurar as formas de convivência e de reconhecimento social, ele introduz novas maneiras de lidar com o prazer, o sucesso e o fracasso, redefinindo também o que pode ser considerado uma vida feliz. Assim, pensar o mal-estar na cultura hoje implica considerar como o neoliberalismo participa da produção contemporânea do sofrimento, reatualizando, sob outras formas, a tensão entre o desejo de felicidade e as condições que a própria civilização impõe.

Um trabalhador autônomo, que vive de oferecer seus serviços diretamente a clientes — seja no campo da criação, da educação, do bem-estar ou da tecnologia —

começa o dia organizando sua agenda, respondendo mensagens, criando conteúdos para se divulgar nas redes sociais. Ele não tem padrão nem horário de trabalho fixo, mas sente que está sempre trabalhando. Mesmo quando não está atendendo um cliente, está pensando em como atrair mais público, melhorar sua imagem profissional, aperfeiçoar seus conhecimentos, se manter competitivo no mercado. Sente que precisa ser criativo, eficiente, disponível e sempre otimista. Quando as demandas diminuem, a culpa aparece: “Será que estou me esforçando o suficiente? Onde estou falhando?”. O descanso, ainda que necessário, vem acompanhado de inquietação.

Essa cena que tem sido cada vez mais comum, revela como o neoliberalismo ultrapassa a esfera econômica e se infiltra na vida cotidiana, moldando não apenas o trabalho, mas também a maneira como o sujeito se percebe e se relaciona consigo mesmo. A lógica da autogestão, da produtividade constante e da responsabilização individual transforma o profissional em uma espécie de “empresa de si”, na qual tudo — tempo, corpo, imagem, desejo — deve ser colocado em circulação como capital.

Apesar de prometer liberdade, esse modelo cobra seu preço em sofrimento, exigindo do sujeito um investimento psíquico incessante para sustentar a ilusão de autonomia. O sujeito é convocado a gozar, a se realizar plenamente, a não parar nunca, e é aí que emergem sensações como ansiedade, cansaço extremo, angústia e sentimento de fracasso. Na contramão desse imperativo de desempenho, a psicanálise oferece um espaço onde o sujeito pode confrontar sua falta, reconhecer seus limites e escutar o que o seu sofrimento tem a dizer, em vez de silenciá-lo ou traduzi-lo em mais uma tarefa a ser superada.

Autores como Dardot e Laval (2016) apontam que a racionalidade neoliberal emerge no século XX como uma resposta às crises do liberalismo clássico, consolidando-se a partir da década de 1980 com a ascensão de políticas que passam a governar não só a economia, mas também a conduta dos sujeitos. Influenciado por correntes como a Escola de Chicago, o neoliberalismo redefine o papel do Estado, que deixa de atuar principalmente como provedor de bem-estar social para tornar-se um agente que incentiva a concorrência e a eficiência em todos os âmbitos da vida social, funcionando como um regulador do mercado e não como seu opositor.

Dentro dessa perspectiva, o sujeito passa a ser convocado a administrar sua própria vida como se fosse um empreendimento. Essa lógica transforma características

peçoais, habilidades e até relações sociais em recursos que devem ser continuamente aprimorados para gerar valor — uma dinâmica que se articula com o conceito de “capital humano”, desenvolvido pelo economista Gary Becker (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021). Para Becker, cada pessoa possui um conjunto de atributos (como educação, experiência e saúde) que funcionam como um capital, podendo ser cultivado e “investido” para aumentar sua rentabilidade futura. Essa visão dá origem a um cenário em que o indivíduo é visto como responsável direto por seu sucesso ou fracasso, muitas vezes desconsiderando fatores sociais, políticos e econômicos mais amplos.

Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) descrevem esse fenômeno como uma “hipertrofia da ação individual”, na qual toda a responsabilidade pela inserção social e econômica recai sobre o indivíduo. Essa lógica reforça uma cultura de autovalorização constante, em que o sujeito é pressionado a gerir-se como uma mercadoria em um mercado competitivo, mensurando sua própria relevância a partir de indicadores de desempenho, produtividade e visibilidade.

Dardot e Laval (2016) ainda irão além ao relacionar o papel central do mercado como um processo subjetivo. Pensam o mercado como uma palavra que ainda retém a lógica liberal tradicional, mas de conceito modificado. Não sendo mais o de Adam Smith, trata-se de um processo de descoberta e aprendizado que modifica os sujeitos com um movimento que afeta os meios nos quais eles evoluem e se transformam.

Podemos considerar o entendimento de Dufour (2005) para o Mercado, compreendendo-o assim com M maiúsculo, como o ordenador das relações na racionalidade liberal e pós-liberal. Razão que organiza as trocas econômicas e simbólicas entre os sujeitos na forma de trocas sociais, através de técnicas e discursos que se articulam em torno de uma economia mercantil.

Para Bauman (1998), no mundo pós-moderno o critério de adequação social é a capacidade de participar do jogo do mercado. A ordem passa a ser cada vez mais o desmantelamento da ordem anterior e a instituição de uma nova. No contexto contemporâneo, o homem tem que mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriantes experiências. Os que não podem participar do jogo são consumidores falhos, um problema a ser resolvido.

O neoliberalismo, enquanto racionalidade, é pautado na premissa de que o mercado é o modelo ideal para todas as relações sociais, o que implica em um modo de viver baseado na competitividade, no lucro máximo e na crença de que tudo — ou todos — pode(m) ser negociado(s). É evidente que esse cenário gera consequências não só na forma de pensar, mas também na vida prática e cotidiana das pessoas (Coelho; Neves, 2023).

As novas práticas ligadas às chamadas “empresas de si” revelam um grau extremo de alienação justamente ao prometerem a sua superação: tanto obedecer ao próprio desejo quanto seguir a voz do Outro que ressoa em nós resulta no mesmo movimento. Nesse sentido, pode-se dizer que a gestão contemporânea funciona como uma espécie de governo “lacaniano”, já que, em última instância, o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Quando o poder moderno ocupa esse lugar do Outro, ele se encarna nas figuras do mercado, da empresa e do dinheiro, que passam a operar como instâncias tutelares de subjetivação. Esse processo é reforçado e naturalizado pelas sofisticadas técnicas de motivação, estímulo e incentivo, que não apenas organizam a produção, mas moldam a própria forma de desejar e de se relacionar consigo mesmo (Dardot; Laval, 2016).

As décadas de predominância neoliberal evidenciaram que sua permanência está fortemente ligada ao seu poder normativo, ou seja, à sua capacidade de moldar subjetividades. Ao conceituá-lo como uma racionalidade política ou “governamentalidade”, Foucault (2008) identificou o núcleo desse processo de conformação. A tradição crítica foucaultiana, por sua vez, conseguiu explorar as diversas manifestações dessa “governamentalidade”, demonstrando que o neoliberalismo vai além de uma simples política econômica ou ideologia: trata-se de um verdadeiro modo de ser, que influencia profundamente nossos comportamentos, nossas relações com os outros e com nós mesmos.

Dessa forma, a coerção deixa de ser imposta externamente e passa a ser incorporada pelos próprios sujeitos, que acabam por se transformar em objetos de si mesmos, subordinando-se à lógica mercadológica. Esse tipo de autogestão mostra-se particularmente eficaz, como aponta Ehrenberg (2010), justamente porque os sistemas de governo mais eficientes são aqueles que nos convocam a sermos nós mesmos — a utilizar nossas habilidades, nossa inteligência e a exercermos o autocontrole.

O trabalhador, como afirmou Castro (2016), passa a ser compreendido como portador de um capital humano, cujo retorno se traduz em salário. Esse capital envolve não apenas a formação educacional e profissional, mas também aspectos como a herança genética, os cuidados com a saúde e até mesmo os vínculos afetivos recebidos no ambiente familiar. Nesse sentido, percebe-se uma reatualização dos conceitos de propriedade e liberdade, centrais ao liberalismo, mas agora sob outra perspectiva. Se no liberalismo a propriedade era pensada a partir do domínio sobre o próprio corpo e mente, no neoliberalismo essa relação é intensificada. Cada indivíduo é estimulado a investir constantemente em suas qualidades físicas, psíquicas e intelectuais por meio das chamadas técnicas de si — práticas individuais de autogestão que Foucault já havia identificado na cultura antiga. Do mesmo modo, a liberdade, antes entendida como ausência de interferências externas, ganha uma nova dimensão: torna-se sinônimo de responsabilidade pessoal e agência individual, cabendo a cada um definir seus próprios objetivos e atuar para implementá-los com seus próprios recursos.

## **A fiação**

A ideia de uma sociedade organizada nos moldes de uma grande empresa, composta por indivíduos que funcionam como pequenas unidades empresariais, demanda uma nova configuração subjetiva distinta daquela associada ao sujeito produtivo das sociedades industriais. Para Dardot e Laval (2016) o sujeito neoliberal que emerge nesse contexto está articulado a uma lógica de desempenho e de busca pelo gozo. A sociologia tem se referido a esse sujeito como “hipermoderno”, “flexível”, “fluido”: nomes que tentam capturar a volatilidade das experiências e a exigência de adaptação contínua. Nesse retrato, o eu parece sempre em movimento, dissolvido entre a busca por estabilidade e a necessidade incessante de se reinventar.

Melman e Lebrun (2003) também argumentam que vivemos a emergência desse novo tipo de sujeito, o chamado sujeito neoliberal, cuja constituição está diretamente relacionada aos imperativos de desempenho e de gozo. Nesse cenário, as relações humanas passam a ser mediadas por lógicas de troca e utilidade, dando lugar a transações sociais que expressam uma distorção na maneira como os vínculos se estabelecem. Esse

sujeito é constantemente convocado a produzir mais e a gozar mais, dentro de um discurso empresarial que transforma o desempenho em obrigação e o gozo em exigência. Trata-se de um gozo desvinculado do desejo, afastado da singularidade do sujeito. Aqueles que não conseguem se ajustar a essa lógica frequentemente manifestam formas variadas de sofrimento psíquico, como dependências e até mesmo ideação suicida.

Lacan desenvolveu, a partir do discurso do mestre, o que denominou de discurso capitalista. Nesse modelo, o capitalismo se sustenta por uma dinâmica de autogerenciamento ilimitado, um movimento que se impulsiona de dentro para fora e que, ao contrário de outros sistemas, não reconhece crises estruturais capazes de interrompê-lo. Ainda que produza catástrofes sociais, ele se mantém em funcionamento contínuo, operando em um circuito que Lacan descreve como circular. O ponto central de sua formulação é que o capitalismo instaurou uma nova forma de articulação entre falta e excesso. Ele se apoia na insaciabilidade própria do desejo humano, mas a conecta diretamente ao gozo em excesso, criando um laço que não oferece saídas, apenas redireciona o sujeito para consumir e desejar mais (Alemán; Gomes, 2023).

O discurso empresarial acabou se tornando dominante porque passou a operar diretamente sobre a subjetividade dos indivíduos, mobilizando-a por completo em nome da produtividade. Isso inclui não apenas o uso da força de trabalho, mas também a captura do desejo, moldando o modo como o sujeito conduz suas ações. Mas como isso se dá? Através da indução do sujeito a trabalhar para a empresa como se estivesse trabalhando para si mesmo, convencido de que age como um ser desejante e de que, por isso, seu trabalho seria autêntico, livre de alienação e de vínculos de subordinação. O problema é que esse sujeito não percebe que o próprio discurso empresarial/neoliberal já traçou previamente os caminhos que ele deve seguir para alcançar o chamado “sucesso”. Em outras palavras, esse sistema já delineou os meios para produzir exatamente o tipo de sujeito que ele necessita. Tudo isso é cuidadosamente arquitetado para que a pessoa não perceba a manipulação à qual está sendo submetida. Pelo contrário: todos os dispositivos atuam no sentido de reforçar a crença de que ela está agindo por vontade própria, e ainda mais, cultivando a ideia de que fracassar não é uma possibilidade. O fracasso, nessa lógica, é interpretado como culpa exclusivamente individual. Se for descartado pelo sistema, já terá sido suficientemente avisado de que a responsabilidade por isso é somente sua (Cossetin; Baldissera Gross, 2024).

Han (2017) observa que vivemos em uma sociedade marcada pelo esgotamento, que se estrutura como um sistema de coerção subjetiva. Nela, os indivíduos assumem, simultaneamente, o papel de vigilantes e prisioneiros de si mesmos, explorando suas próprias forças sob a exigência constante de rendimento e alta performance. Essa forma de dominação torna possível a autossubjugação sem a necessidade de um opressor externo, já que o imperativo de produtividade opera como um motor que não pode ser interrompido.

Dentro dessa lógica, Pinto e Moura (2022) vão apresentar que as inquietações que afetam o sujeito na contemporaneidade não se configuram mais como reflexões, devaneios ou angústias existenciais, mas se transformam em listas de afazeres intermináveis. As demandas se multiplicam na forma de obrigações, levando o sujeito a ser constantemente interpelado por tarefas que se apresentam quase como mandamentos da cultura neoliberal. Como consequência, o tempo se torna cada vez mais escasso, gerando um empobrecimento do mundo psíquico e uma sensação generalizada de que a vida perde valor diante da avalanche de cobranças.

De acordo com Brown (2019), o neoliberalismo promove ataques constantes ao tecido social, sempre sob o argumento de defender uma liberdade supostamente plena, mas sem considerar o contexto ou os impactos que isso gera nos laços de civilidade e solidariedade. Para a autora, essa forma neoliberal do capitalismo expande a lógica de mercado até mesmo para o campo moral, transformando a liberdade e a moralidade em ferramentas contraditórias de dominação e exploração. Assim, ocorre uma passagem: sai de cena o sujeito visto apenas como agente de troca de bens e satisfação de necessidades (como no liberalismo clássico) e surge o sujeito que se autoproduz segundo o ideal de liberdade e competição permanentes.

Segundo Sanglard e Alvarenga Filho (2023), é possível considerar que a lógica de autorresponsabilização, bastante difundida por práticas como o *coaching*, possa ter efeitos significativos sobre a constituição subjetiva, especialmente ao estimular mecanismos de culpabilização. O discurso do *coaching* se ancora na promessa de desenvolver o “potencial” individual, convocando o sujeito a alcançar metas, superar limites e eliminar o que é entendido como obstáculo interno ao sucesso. Sob o aparente incentivo à autonomia, o que se observa é uma forma de sujeição ainda mais sutil, na qual o indivíduo passa a se vigiar e a se cobrar incessantemente em nome de um ideal de eficiência e

superação. Nesse sentido, o *coaching* opera como uma tecnologia de si (Foucault, 2008), típica da racionalidade neoliberal, pois transforma o cuidado de si em investimento de si. A escuta é substituída por técnicas de motivação e gestão emocional, e o sofrimento é reduzido a uma falha de desempenho ou falta de foco. Guattari e Rolnik (2011) destacam que a culpabilização é uma das formas de controle subjetivo operadas pelo capitalismo contemporâneo. Quando o sujeito é levado a entender seu fracasso como um insucesso pessoal, ele tende a não questionar as estruturas sociais mais amplas ou as contingências que o atravessam, atribuindo exclusivamente a si mesmo a responsabilidade pelo que não deu certo.

Pode-se compreender o Mercado como um dispositivo que exerce constante pressão sobre os indivíduos, exigindo deles a construção de uma vida plena, feliz e bem-sucedida. Esse imperativo se manifesta, por exemplo, na proliferação da literatura de autoajuda, que reforça a ideia de que o sucesso e a realização pessoal dependem unicamente do esforço individual. No entanto, trata-se de uma promessa impossível de ser plenamente cumprida, já que o próprio sistema capitalista se sustenta em demandas ilimitadas, sempre renovadas e inatingíveis. Essa lógica acaba por explorar, de forma sistemática, o sentimento de culpa que Freud já havia teorizado em “O mal-estar na cultura”, associando-o ao sofrimento psíquico gerado pelas exigências da civilização (Alemán; Gomes, 2023).

No contexto contemporâneo, marcado pelo consumismo alienante característico do capitalismo, ganha força um novo eixo articulador das relações sociais: o discurso da tecnociência. Esse discurso se insere nas interações humanas promovendo uma lógica que valoriza a eficiência, a objetividade e o controle, ao mesmo tempo em que busca neutralizar a instabilidade inerente à linguagem e à subjetividade (Lavor Filho *et al.*, 2019). Como apontam Pinheiro e Carneiro (2013), esse projeto hipermoderno de sujeito exige coerência interna e identidades fixas, rejeitando a ambiguidade e a incerteza próprias da experiência simbólica. Em outras palavras, a tecnociência atua como um discurso que tenta encobrir o mal-estar próprio da vida em sociedade, operando tanto no plano das grandes estruturas sociais quanto nas bases subjetivas que sustentam a civilização.

Cossetin e Baldissera Gross (2024) afirmam que é assim que se instala um ciclo vicioso característico da lógica neoliberal: à medida que o desejo é silenciado ou

desconsiderado, o sofrimento subjetivo tende a se intensificar. Esse sofrimento, no entanto, passa a ser interpretado de forma patologizada, com suas causas e responsabilidades atribuídas exclusivamente ao próprio sujeito. Diante da dificuldade em lidar com esse mal-estar, muitos recorrem às soluções prontamente oferecidas pela indústria farmacêutica. Nesse universo, o sintoma perde seu caráter subjetivo, algo que poderia ser elaborado, para se transformar em um transtorno, entendido como sinal de falha pessoal na gestão da própria vida. Muitas vezes, ele é ainda interpretado como déficit cognitivo ou como disfunção neuroquímica, para a qual há sempre um medicamento disponível, cujo objetivo é manter a produtividade e aparentar que tudo está “sob controle”. Trata-se de um processo que não é acidental: o neoliberalismo, em sua estrutura, é profundamente atravessado pela influência do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), que se tornou uma das expressões mais fortes da maneira como cada época define o que é considerado saúde mental.

A consolidação do neoliberalismo a partir da década de 1970 está intimamente relacionada a transformações no campo da saúde mental, como evidencia a reformulação do DSM-III. Segundo Safatle, Silva Junior e Dunker (2021), essa mudança não foi mera coincidência, mas expressão de uma articulação profunda entre os mecanismos de engenharia social do neoliberalismo e a reestruturação das categorias clínicas. A substituição da escuta clínica tradicional por uma abordagem centrada na medicação e na intervenção farmacológica reflete uma tentativa de manter ou intensificar a produtividade do sujeito, entendido cada vez mais como trabalhador e gestor de si. Nesse modelo, os transtornos psíquicos passam a ser tratados como falhas individuais a serem corrigidas para que o sujeito continue funcional dentro da lógica de desempenho.

Com isso, ganha destaque a noção de que o sujeito deve se tornar gestor de seu próprio sofrimento psíquico. Diferentemente do pensamento dos liberais clássicos, como Bentham e Mill, para os quais o sofrimento era um obstáculo à produtividade e à busca da felicidade, a lógica neoliberal encontrou uma forma de instrumentalizar esse sofrimento. Em vez de eliminá-lo, ele passa a ser explorado como uma fonte útil: extrai-se do sujeito o máximo de esforço e engajamento possível, mas sem oferecer garantias ou vínculos estáveis, minimizando riscos jurídicos e responsabilidades empresariais. Trata-se de uma forma de gestão em que o sofrimento não é apenas tolerado, mas funcional ao sistema (Nacaguma, 2024).

Na visão de Birman (2010), a forma como se entende a subjetividade na contemporaneidade gira em torno de dois eixos principais: o corpo e a ação. É neles que se apoia a exigência de desempenho e autonomia, pilares que sustentam a autoestima do sujeito atual. Dardot e Laval (2016) complementam mostrando que essa passa a ser a nova norma de conduta: a busca incessante pela realização pessoal. Para isso, é apresentado o discurso de que é preciso conhecer a si mesmo e se amar para atingir o tão valorizado “sucesso”, transformando a ideia de autoestima quase em uma palavra mágica. Dentro desse contexto, não surpreende que abordagens terapêuticas baseadas em neurociência e práticas cognitivo-comportamentais tenham ganhado força, pois buscam, de forma pragmática, recolocar rapidamente o indivíduo em condições de performance e autonomia (Birman, 2010). Paralelamente, proliferam-se livros de autoajuda, profissionais que prometem soluções milagrosas e o fenômeno dos *coachings*, todos oferecendo supostos manuais prontos para garantir felicidade e autorrealização.

Essa nova forma de compreender o diagnóstico em saúde mental é a ideia de que as doenças e os sofrimentos psíquicos seriam, antes de tudo, transtornos de base biológica. Assim, a dor humana passa a ser tratada como uma desordem orgânica que deve ser “corrigida” por medicamentos, numa perspectiva considerada objetiva e, por isso, despida de posicionamentos políticos. De acordo com Silva Junior *et al.* (2021), essa mudança trouxe impactos profundos: resultou em processos de dessubjetivação e desumanização, uma vez que essa psiquiatria, chamada de biológica justamente por esse viés, não tem mais como horizonte o que vão chamar de “cura” ou mesmo um tratamento, tampouco a escuta atenta do sofrimento ou a investigação da subjetividade. O foco passa a ser o do *enhancement*, do aprimoramento, o desempenho elevado a qualquer custo, o funcionamento quase maquinal: um gozo sem limites, voltado à performance incessante, como se buscasse tornar o sujeito uma máquina ou algo transumano.

Por outro lado, Cossetin e Baldissera Gross (2024) ressaltam que em contraste com esse cenário terapêutico dominado pela medicalização, a psicanálise propõe um caminho diferente. Embora reconheça que certos quadros demandam o uso de medicamentos, a psicanálise prioriza a escuta do sintoma como parte da constituição subjetiva, permitindo ao indivíduo elaborar sentidos para si mesmo e para o mundo. Esse trabalho só é possível, como Freud mostrou desde o seu início, quando se oferece ao sujeito a possibilidade de falar e ser escutado sem julgamentos, acolhendo sua angústia e

seus questionamentos. Atualmente, no entanto, talvez estejamos assistindo a uma mudança: o questionamento subjetivo vai se distanciando de sua dimensão autêntica e sintomática, aquilo que torna cada sujeito singular, e se torna, muitas vezes, uma forma de resistência inconsciente frente à racionalidade neoliberal, que se espalha pelos discursos de especialistas que ditam como as pessoas, suas relações, sua educação e até suas instituições devem ser.

O sujeito do século XXI, sob o discurso neoliberal, passa a ser constantemente convocado a perseguir a felicidade como meta principal da vida — um ideal que, paradoxalmente, se sustenta no consumo como meio e fim. A existência passa a ser mediada pela lógica do mercado, fazendo com que o consumo ocupe o centro da construção subjetiva. Nesse sentido, como observa Siculer (2020), há uma espécie de colonização da subjetividade, em que viver se torna sinônimo de consumir, e o bem-estar é confundido com a posse de objetos. O aforismo de Galeano, que sugere que o cartão de crédito parece ter nos garantido o direito à existência, ilustra bem esse cenário em que o sujeito se encontra anestesiado, reduzido a um ser que se satisfaz na medida em que adquire e ostenta bens materiais (Pinto; Moura, 2022).

Lavor Filho *et al.* (2019) discorrem sobre a ideia de que dentro da lógica de consumo, os chamados estilos de vida happy se destacam como forma de tentar encobrir o mal-estar inevitável de viver em sociedade, como já apontava Freud. Han (2018a), ao falar do *homo digitalis*, sujeito que se manifesta de forma anônima no ambiente digital, observa que as pessoas, além de se exporem constantemente, buscam incessantemente atenção. Dessa forma, a identidade individual se dilui na massa, tornando esse homem digital um alguém que não é ninguém em particular, mas um anônimo em meio a tantos outros. Discute-se também como, na modernidade, a normalidade é sustentada por uma cultura *happy* que disfarça nossa vulnerabilidade e insegurança existencial. Segundo Bauman (2014), essa tentativa de encobrir a incerteza da vida está ligada à exposição constante das esferas da existência às forças do mercado — forças estas que são, por natureza, voláteis e imprevisíveis, gerando uma sensação permanente de instabilidade.

Conforme analisa Ferry (2018), atualmente vive-se uma era marcada por uma verdadeira efervescência em torno do ideal de felicidade. Multiplicam-se livros e cursos que, muitas vezes amparados por filosofias antigas ou sabedorias orientais como o budismo e o estoicismo, prometem bem-estar e realização pessoal por meio de técnicas e

práticas específicas. Essas propostas, muitas vezes influenciadas por abordagens estadunidenses como o *coaching* e a psicologia positiva, transformam o bem-estar em uma espécie de produto acessível a quem seguir os “passos certos”. Nesse cenário, a felicidade, antes considerada um direito ou ideal a ser buscado, passa a funcionar como um dever moral, um novo imperativo de época que tende a excluir qualquer manifestação de sofrimento ou mal-estar (Bruckner, 2019). Trata-se, portanto, de uma exigência social que não apenas impulsiona uma busca constante por plenitude, saúde e sucesso, mas também reprime afetos como a tristeza, convertendo-os em sinais de fracasso ou inadequação.

Assim, essa busca constante pela felicidade acaba, de forma paradoxal, gerando justamente o oposto: uma multidão de pessoas infelizes e adoecidas. Diante dessas novas formas de organização social, que moldam modos de ser e de sentir, surge o questionamento: como uma sociedade que incentiva, o tempo todo, a busca por prazer ilimitado e felicidade a qualquer custo consegue, ao mesmo tempo, fabricar sujeitos cada vez mais deprimidos? Kehl (2015) propõe que compreender o aumento expressivo dos quadros depressivos como um sintoma do mal-estar contemporâneo é reconhecer que esse sofrimento atua como um sinal de alerta numa sociedade marcada por uma lógica maníaca. Para a autora, muitas vezes até as manifestações mais comuns de tristeza ou desalento acabam medicalizadas como se fossem grandes quadros depressivos, o que reforça essa perspectiva. Afinal, em um contexto em que a euforia é tratada como um valor agregado a tudo que é oferecido no mercado, a simples dor de existir torna-se quase insuportável (Kehl, 2015).

## **O emaranhado**

Para compreender as transformações do capitalismo no campo social, Byung-Chul Han propõe a noção de sociedade do desempenho, contrapondo-a à sociedade disciplinar descrita por Foucault. A partir de Goes et al. (2020) e de acordo com Han (2017), enquanto a sociedade disciplinar se fundamenta na proibição e no dever, marcada pela coerção externa, a sociedade do desempenho substitui essas imposições negativas por

comandos internos, baseados em incentivo, motivação e autorrealização. Assim, o verbo “dever” cede lugar ao “poder”, em uma lógica onde tudo parece possível.

Nesse novo cenário, o indivíduo não é mais vigiado de fora, mas explora a si mesmo, acreditando estar exercendo sua liberdade. Quem não se encaixa nesse ritmo de alta performance não é visto como rebelde, mas como fracassado. Para Han (2018b), a liberdade, longe de ser emancipadora, torna-se uma forma ainda mais eficaz de dominação, já que o neoliberalismo transforma o trabalhador em empreendedor de si, alguém que se cobra sem parar e se torna patrão e servo ao mesmo tempo.

Diferente da sociedade disciplinar, em que havia uma divisão clara entre opressores e oprimidos, possibilitando a solidariedade entre os explorados, na sociedade do desempenho essa divisão se internaliza. A luta de classes se converte em luta interna do sujeito contra si mesmo. Assim, em vez de resistência coletiva, o que se vê são sujeitos exauridos, tomados pela culpa e por um mal-estar difuso, fruto de uma lógica que converte toda falha em culpa individual e silencia qualquer interrogação dirigida ao sistema.

Nessa perspectiva, a felicidade torna-se um imperativo que funciona como forma de dominação: exige-se que o indivíduo esteja sempre motivado e otimizado para produzir cada vez mais. Esse ideal de bem-estar permanente garante que a exploração aconteça sem que o sujeito perceba sua submissão, pois ele acredita estar exercendo sua liberdade quando, na verdade, está explorando a si mesmo em nome da produtividade. Assim, a liberdade é apropriada como ferramenta de controle, gerando uma autoexploração ainda mais eficiente do que aquela imposta externamente.

Em “Sociedade Paliativa”, Han (2021) argumenta que o uso generalizado de analgésicos funciona como uma metáfora das formas contemporâneas de evitar o sofrimento. Ao reduzir a dor a uma questão médica ou química, a sociedade neoliberal encobre as condições sociais que a produzem, transformando-a em algo a ser eliminado rapidamente. Nessa perspectiva, a medicalização opera como um mecanismo de silenciamento: nega-se à dor a chance de se manifestar como discurso, isto é, como expressão crítica do mal-estar.

Han amplia essa análise ao mostrar que a anestesia não é apenas farmacológica, mas também simbólica e cultural. O fluxo incessante de informações, imagens e estímulos, característico dos meios digitais e das redes sociais, contribui para uma espécie

de entorpecimento coletivo. A dor e o conflito são substituídos por uma busca constante por bem-estar, desempenho e otimismo, compondo aquilo que o autor chama de “sociedade paliativa”, uma sociedade que se protege de qualquer negatividade. Como afirma Han (2021, p. 29), “a anestesia permanente social impede o conhecimento e a reflexão, reprime a verdade”.

Mocellin (2021), diante deste contexto, levanta uma questão fundamental: quem sustenta a lógica da autossubmissão na chamada sociedade do desempenho? Diferente da sociedade disciplinar, onde o controle era exercido por instâncias externas como a figura do chefe, do policial ou do professor, na era do desempenho o próprio sujeito assume a tarefa de se vigiar, cobrar e exceder. Não há mais necessidade de uma autoridade que imponha limites; cada indivíduo se torna, ao mesmo tempo, o executor e a vítima da coerção. Nesse cenário, a incessante busca por produtividade e superação pessoal conforma uma nova moralidade, um ethos dominante impulsionado pelo capitalismo informacional. Por meio de tecnologias de coleta de dados e vigilância algorítmica, como Big Data, são traçados perfis psíquicos coletivos que alimentam práticas de autogerenciamento e de autoexploração (Han, 2018b).

Apesar de não recorrer à força física, essa forma de organização social opera por meio de uma violência subjetiva, internalizada. Trata-se de uma pressão constante para render, realizar e mostrar resultado, o que transforma a liberdade em um campo de obrigação. O cansaço, a culpa e o sentimento de insuficiência emergem como marcas dessa violência psíquica, que, longe de ser imposta por um outro, é assumida como desejo próprio. É esse mecanismo que Han (2015) descreve como autoagressão consentida: o sujeito acredita estar se realizando, quando, na verdade, está se exaurindo. A competição é naturalizada como caminho único para o reconhecimento, e como todos participam, ninguém pode se retirar sem parecer fracassado.

Dessa forma, o sofrimento mental ganha novas formas. O ideal neurótico de adaptação cede lugar a quadros marcados por esgotamento e distúrbios ligados à atenção e à autoimagem. Tais manifestações não são desvios individuais, mas sintomas sociais — expressões de um mal-estar estrutural diante de um imperativo de desempenho sem fim. O sujeito contemporâneo é convocado a ser eficiente, resiliente, otimista, criativo e, acima de tudo, transparente. Mostrar-se se tornou tão importante quanto fazer. Como aponta Han (2017), a lógica da transparência substitui o resguardo pelo excesso de exposição: o

valor está na visibilidade constante, na comunicação incessante que retroalimenta o sistema capitalista de informação.

Complementando essa análise, Ehrenberg (2010) observa que a valorização da performance nasce de uma transposição das metáforas esportivas e aventureiras para o mundo corporativo. O indivíduo é encorajado a agir como um “atleta de si mesmo”, sempre treinando, corrigindo e superando limites em busca de melhores resultados. Essa ideologia da superação permanente consolida-se como norma, produzindo efeitos profundos na subjetividade. Para acompanhar o ritmo exigido, medicaliza-se a vida, anestesia-se as dores e instrumentalizam-se as emoções que só ganham legitimidade se forem positivas e funcionais para o trabalho.

Assim, os sofrimentos psíquicos que emergem hoje expressam um deslocamento do paradigma clínico. Em vez de conflitos edípicos e recalques inconscientes, há sentimentos de inadequação, impotência e desamparo diante de um ideal inatingível de excelência. Como aponta Ehrenberg (2010), o indivíduo contemporâneo é convocado a ser permanentemente motivado, a se realizar, a vencer e, mais importante, a exibir esse sucesso. A realização pessoal se confunde com a obrigação de aparecer, de tornar público o próprio desempenho como prova de mérito e valor.

É nesse ponto que a noção de “sociedade da transparência” (Han, 2017) se conecta diretamente com o ideal neoliberal. O fazer não é mais suficiente; é preciso mostrar que se faz. As redes digitais se tornam vitrines onde se performa competência, felicidade e produtividade. Esse circuito constante de exposição e validação constitui uma nova forma de vigilância: um panóptico digital no qual todos observam e são observados, todos regulam e se autorregulam. O sujeito do desempenho, nesse sentido, vive aprisionado em sua própria liberdade, controlado não por barreiras externas, mas por um desejo internalizado de corresponder a uma imagem ideal moldada pelo mercado e pela lógica da visibilidade.

Diante da captura do desejo inserido nessa lógica, a psicanálise se coloca como um contraponto ético e político. Enquanto o discurso neoliberal busca apagar o conflito e transformar o mal-estar em falha individual a ser corrigida, a escuta analítica aposta justamente no que resta, naquilo que resiste a qualquer tentativa de enquadramento. É nesse intervalo — entre o ideal de transparência e o mal-estar que ele produz — que a psicanálise encontra seu lugar de resistência.

De acordo com Rolnik (1997), a ética na perspectiva psicanalítica se vincula à possibilidade de a vida se expandir em sua potência criadora, o que depende fundamentalmente da forma como cada sujeito se posiciona diante do trágico e enfrenta o mal-estar que surge em diferentes momentos da existência. Nessa direção, a psicanálise pode ser entendida como uma prática essencialmente subversiva, que se coloca como resistência às imposições do mundo contemporâneo, sem se submeter automaticamente às suas demandas, o que abre caminho para pensar formas renovadas de prática clínica nos dias de hoje.

Fabiola Ramon.: O senhor termina o artigo “A sociedade do sintoma” com a frase: “A ética da psicanálise é a de uma sociedade do sintoma”. Como o senhor pode explicar resumidamente esta frase para as pessoas que não conhecem a psicanálise?

Éric Laurent: A civilização elaborou sua moral a partir do universal de Kant – você deve fazer isto em todos os casos –, e da moral utilitarista, que diz que a moral não é de modo algum universal, mas, simplesmente, o que proporciona felicidade ao maior número de pessoas. São as duas grandes morais da civilização. A psicanálise, ao contrário, diz: “a sua moral é agir não como todo mundo, não como a maioria, não como se estivesse nas novelas televisivas, não como o universal abstrato, mas como você, segundo a sua história, às suas micro identificações, a sua via própria. Não em direção à felicidade, mas em direção ao seu próprio desejo” (Ramon, 2017, p. 14).

## **O avesso: Considerações finais**

Chegar ao avesso é atravessar o tecido do discurso até encontrar suas costuras internas, onde as linhas se cruzam e revelam aquilo que se disfarça de ordem. Se o percurso deste trabalho buscou mostrar como o neoliberalismo atravessa a constituição subjetiva e produz novas formas de sofrimento, o avesso é o espaço onde se torna possível vislumbrar algo diferente: um modo de existir que não se submete inteiramente às tramas do desempenho e da eficiência.

Dobrar o tecido e olhar seu outro lado é encontrar as linhas que o sustentam — fios que, embora escondidos, dão forma ao visível. Assim também é a psicanálise diante da lógica neoliberal: não se coloca como seu oposto, mas como aquilo que a desdobra e revela o que ela tenta ocultar. O avesso não é o contrário, mas seu verso o que lhe dá espessura. É nesse espaço que a psicanálise opera: nas frestas, onde o discurso do

desempenho tenta silenciar o desejo e transformar o sofrimento em mais um produto a ser gerido.

O discurso neoliberal promete liberdade, mas o faz à custa da submissão ao ideal de autossuficiência. Transforma a vida em cálculo, a experiência em investimento e o desejo em meta. Nesse cenário, até o sofrimento se torna mercadoria quantificado, classificado e tratado como algo a ser rapidamente corrigido. O discurso medicalizante converte a dor em falha biológica, apagando seu caráter simbólico, sua potência de dizer algo sobre o sujeito e sobre o tempo em que ele vive.

É justamente nesse ponto que a psicanálise se inscreve como gesto ético e político. Em vez de eliminar o sintoma, ela o escuta como uma forma de verdade — não uma verdade universal, mas a verdade singular de cada um. O sintoma, longe de ser um ruído a ser silenciado, é uma resposta ao impossível do mundo, uma tentativa de dar forma ao que não tem lugar no discurso dominante. Ele aponta para aquilo que escapa às engrenagens da eficiência, revelando o que há de mais próprio no sujeito.

A psicanálise, portanto, não busca apagar o sofrimento, mas permitir que ele revele algo do que insiste, do que resiste, do que ainda pulsa por entre as fissuras do tecido social. Sustentar essa aposta é sustentar uma ética do não saber, do não se apressar, do deixar falar. Em tempos em que tudo é mensurável e comparável, sustentar o enigma é um ato político. Essa prática não se alinha à lógica da adaptação, mas da implicação: possibilitar que o sujeito se reconheça em sua própria trama, e não apenas como produto das forças que o atravessam.

Resistir, aqui, não significa negar o mundo, mas habitá-lo de outro modo. É não confundir a dor com fracasso, nem o limite com incapacidade. É afirmar que há, em cada vida, algo que não pode ser convertido em desempenho ou traduzido em capital. Esse resto, esse ponto que escapa à captura, é também o que mantém viva a possibilidade de criação.

O avesso, então, não é o oposto do tecido, mas sua continuidade invertida — o lado que sustenta e dá forma ao que se mostra. Da mesma forma, a psicanálise não se coloca como antagonista do mundo neoliberal, mas como aquilo que o dobra e revela suas costuras. Ela opera no intervalo, nesse espaço onde a trama se afrouxa, onde ainda é possível respirar e pensar. Sustentar esse avesso é sustentar o que resta de humano no sujeito — recusar que ele seja reduzido a métricas, diagnósticos e planilhas. É apostar

naquilo que não pode ser transformado em capital, que não se converte em dado, que não cabe na lógica do controle.

Assim, mais do que conclusões, ficam interrogações: como preservar um lugar onde o sujeito possa ser escutado para além das estatísticas, diagnósticos e metas? Como reconhecer no sofrimento não apenas dor, mas também potência de criação? Como sustentar a palavra quando tudo ao redor exige resultados? Essas e outras perguntas não se encerram neste trabalho — e talvez nunca se encerrem. São elas que, ao permanecerem em aberto assim como fios soltos, indicam a possibilidade de outros modos de existir no mundo contemporâneo.

### Referências bibliográficas

ALEMÁN, J.; GOMES, M. C. Horizontes neoliberais na subjetividade. **Analytica: Revista de Psicanálise**, [s. l.], v. 11, n. 21, p. 1-24, 2023.

DOI:10.69751/arp.v11i21.4803. Disponível em:

<http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/4803>. Acesso em: 10 out. 2025.

BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BIRMAN, J. Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In: **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio De Janeiro: FGV, 2010.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.

BRUCKNER, P. **A Euforia Perpétua**. Ensaio sobre o dever da felicidade. Rio de Janeiro: DIFEL, 2019.

CASTRO, J. C. L. de. Neoliberalismo, autoimunidade e redes sociais (Neoliberalism, Autoimmunity, and Social Networks). **Interin**, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 145-163, jun. 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2859799>. Acesso em: 20 jul. 2025.

COELHO, L.; NEVES, T. Sofrimento psíquico no neoliberalismo e a dimensão política do diagnóstico em saúde mental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. e220850pt, 2023.

COSSETIN, V. L. F.; BALDISSERA GROSS, C. A dignidade do fracasso: um lugar para o sujeito na sociedade neoliberal. **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 30, p. e15479, 2024. DOI:10.5335/rep.v30.15479. Disponível em:

<https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/15479>. Acesso em: 11 nov. 2025.

- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUFOUR, D. R. **A arte de reduzir as cabeças**: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.
- FERRY, L. **7 maneiras de ser feliz**: Como viver de forma plena. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREUD, S. **O mal-estar na cultura**. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- GOES, I.; RODRIGUES, F.; ZOPPO, F.; MARTINS, E. O trauma e o ideal neoliberal: uma reflexão acerca dos efeitos do discurso capitalista. *Deslocamentos/Déplacements: Revista Franco-Brasileira Interdisciplinar de Psicanálise e Ciências Sociais*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 139-155, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/des/article/view/12024>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HAN, B. C. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018a.
- HAN, B. C. **Psicopolítica**: neoliberalismo e novas técnicas de poder. São Paulo: Âyiné, 2018b.
- HAN, B. C. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, B. C. **Sociedade paliativa**: a dor hoje. Petrópolis: Vozes, 2021.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- KEHL, M. **O tempo e o cão**: A atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LAVOR FILHO, T. L. de; et al. Homem moderno e mal-estar na era da informação: um ensaio à luz da psicanálise. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 173-185, dez. 2019. DOI: 10.18379/2176-4891.2019v2p.173. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-48912019000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912019000200006). Acesso em: 10 out. 2025.
- MELMAN, C.; LEBRUN, J.-P. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Curitiba: Companhia de Freud, 2003.

NACAGUMA, S. et al. O laboratório de leitura como “campo” para o cultivo e a manutenção da saúde mental no contexto do neoliberalismo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 27, p. e221165, 2024.

PINHEIRO, R.; CARNEIRO, H. F. A fascinação pelo resto: o hiper mal-estar na tecnociência. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 419-438, dez. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010148382013000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010148382013000200011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 nov. 2025.

PINTO, V. R. B.; MOURA, E. P. G. de. O imperativo da felicidade na contemporaneidade. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 22, n. 3, p. e12646, 2022. DOI: 10.5020/23590777.rs.v22i3.e12646. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692022000300205](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692022000300205). Acesso em: 10 nov. 2025.

RAMON, F. Os efeitos da psicanálise no tecido da civilização: entrevista com Éric Laurent. **Opção Lacaniana online**, ano 8, n. 22, mar. 2017. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero22/texto2.html>. Acesso em: 11 nov. 2025.

ROLNIK, S. **Uma insólita viagem à subjetividade**: fronteiras com a ética e a cultura. 1997. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/viagemsubjetic.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANGLARD, H.; ALVARENGA FILHO, J. R. Cartografia do empreendedorismo de si: coaching e a lógica produtivista. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 13, p. 277, 2023. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/viewFile/3108/1803>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SICULER, H. O neoliberalismo, a colonização da subjetividade e a pandemia. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/603601-o-neoliberalismo-a-colonizacao-da-subjetividade-e-a-pandemia>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SILVA JUNIOR, N. da et al. A Psiquiatria sob o Neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N. da; DUNKER, C. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 117-167.